

A CAMINHO DA ÁREA EUROPEIA DE ENSINO SUPERIOR

Comunicado do encontro dos Ministros Europeus do Ensino Superior

Praga, 19 de Maio de 2001

Dois anos depois de assinarem a Declaração de Bolonha e três anos depois da Declaração de Sorbonne, os Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior, representando 32 signatários, reuniram-se em Praga com o objectivo de analisar os progressos alcançados e estabelecer as direcções e prioridades do processo para os próximos anos. Os Ministros reafirmaram o seu compromisso de estabelecer uma Área Europeia para o Ensino Superior até 2010. A escolha de Praga para a realização deste encontro simboliza a intenção de englobar toda a Europa no processo à luz do alargamento da União Europeia.

Os Ministros receberam e analisaram o relatório "Furthering the Bologna Process" elaborado pelo grupo de acompanhamento (Follow-up Group) e verificaram que as metas traçadas pela Declaração de Bolonha foram largamente aceites e usadas como base para o desenvolvimento do Ensino Superior pela maioria dos países signatários bem como pelas Universidades e outras Instituições de Ensino Superior. Os Ministros reafirmaram que os esforços para a promoção da mobilidade deverão continuar a fim de possibilitar a estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo de beneficiarem da riqueza da Área Europeia do Ensino Superior, incluindo os seus valores democráticos, diversidade cultural e linguística e variedade de sistemas de Ensino Superior.

Os Ministros tomaram conhecimento dos resultados da Convenção das Instituições de Ensino Superior Europeias, realizada em Salamanca a 29 e 30 de Março, e das recomendações da Convenção dos Estudantes Europeus, realizada em Göteborg, a 24 e 25 de Março, e apreciaram o envolvimento activo da Associação das Universidades Europeias (EUA) e da União Nacional de Estudantes na Europa (ESIB) no Processo de Bolonha assim como muitas outras iniciativas para promoção do processo e apreciaram ainda o apoio construtivo da Comissão Europeia.

Os Ministros constataram que as actividades recomendadas na Declaração relativas à estrutura dos graus académicos foram intensificadas e largamente implementadas na maioria dos países e apreciaram, especialmente, a forma como o trabalho relativo à garantia da qualidade se tem desenvolvido. Reconheceram a necessidade de cooperação para lidar com os desafios trazidos pela educação transnacional e também a necessidade de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida na educação.

Acções posteriores no seguimento dos seis objectivos do Processo de Bolonha

Tal como estabelece a Declaração de Bolonha, os Ministros sublinharam que, construir a Área Europeia de Ensino Superior é uma condição para aumentar a atractividade e competitividade das Instituições de Ensino Superior na Europa. Apoiaram a ideia de que o Ensino Superior deverá ser considerado um bem público, e que é e deverá permanecer uma responsabilidade pública (regulamentos, etc.), e que os estudantes são membros de pleno direito da comunidade do Ensino Superior. Deste ponto de vista, os Ministros entenderam a continuidade do processo da seguinte forma:

Adopção de um sistema de graus facilmente legíveis e comparáveis

Os Ministros encorajaram fortemente as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior a tirar o máximo proveito da legislação nacional existente e dos instrumentos europeus criados para facilitar o reconhecimento académico e profissional de unidades curriculares, graus académicos e outros títulos, de forma a que os cidadãos possam, efectivamente, usar as suas qualificações, competências e aptidões em toda a Área Europeia de Ensino Superior.

Os Ministros solicitaram às organizações e redes de trabalho já existentes, tais como o NARIC e o ENIC, a promoção a nível institucional, nacional e europeu, de um reconhecimento simples, eficiente e justo que reflecta a diversidade subjacente às qualificações.

Adopção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos principais

Os Ministros referiram, com satisfação, que foi discutido o objectivo de uma estrutura de graus académicos baseada em dois ciclos principais, articulando o Ensino Superior em períodos de estudo pré-graduado e graduado. Alguns países já adoptaram esta estrutura e vários outros estão a considerá-la com grande interesse. É importante realçar que, em muitos países, os graus de bacharelato e mestrado (master), ou graus de dois ciclos comparáveis, podem ser obtidos tanto nas Universidades como noutras Instituições de Ensino Superior. Os programas que conduzam a um grau académico podem e, realmente devem ter orientações diferentes e perfis diversificados, de forma a responder à diversidade das necessidades individuais, académicas e laborais, tal como foi concluído no Seminário de Helsínquia relativo os graus de nível do bacharelato (Fevereiro de 2001).

Estabelecimento de um sistema de créditos

Os Ministros salientaram que, para maior flexibilidade nos processos de aprendizagem e de obtenção de qualificações, é necessário a adopção de marcos comuns de qualificações, apoiados num sistema de créditos, como os ECTS, ou outro compatível, permitindo de igual forma as funções de transferência e de acumulação.

Juntamente com o reconhecimento comum do sistema de garantia de qualidade, tais argumentos facilitarão o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho europeu e aumentarão a compatibilidade, atractividade e competitividade do Ensino Superior Europeu. O uso generalizado de tal sistema de créditos e do Suplemento de Diploma encorajará progressos nesta direcção.

Promoção da mobilidade

Os Ministros reafirmaram que o objectivo da promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, tal como foi estabelecido na Declaração de Bolonha, é de uma importância vital.

Consequentemente, confirmaram o compromisso de continuar a remover todos os obstáculos à livre circulação de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, salientando a dimensão social da mobilidade. Anotaram a possibilidade de mobilidade oferecida pelos programas da Comunidade Europeia e os progressos alcançados neste campo, como por exemplo o lançamento do Plano de Acção para a

Mobilidade aprovado pelo Conselho Europeu em Nice, em 2000.

Promoção da Cooperação Europeia na Garantia da Qualidade

Os Ministros reconheceram o papel vital que os sistemas de garantia de qualidade desempenham, assegurando padrões de qualidade elevados e facilitando a comparabilidade de qualificações em toda a Europa. Encorajaram, igualmente, uma cooperação mais estreita entre as redes de reconhecimento e de garantia de qualidade e enfatizaram a necessidade de cooperação europeia aproximada e de confiança mútua na aceitação dos sistemas nacionais de garantia de qualidade. Para além disto, encorajaram ainda as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior a divulgar exemplos de boas práticas e a criar cenários para a aceitação mútua de mecanismos de avaliação e de acreditação/certificação. Apelaram também às Universidades e demais Instituições de Ensino Superior, Agências Nacionais e à Rede Europeia de Garantia de Qualidade no Ensino Superior (ENQA), em cooperação com os organismos correspondentes de países que não são membros da ENQA, a colaborarem no estabelecimento de um quadro comum de referência e na divulgação das boas práticas.

Promoção da Dimensão Europeia no Ensino Superior

Com vista a consolidar a importância da Dimensão Europeia do Ensino Superior e a sua utilização progressiva, os Ministros apelaram ao sector do Ensino Superior para implementarem o desenvolvimento de módulos, cursos e currículos a todos os níveis com conteúdos, orientação e organização "europeia". Isto diz respeito particularmente ao currículo de módulos, cursos e graus curriculares oferecidos em parceria com Instituições de países diferentes e conduzindo a um grau conjuntamente reconhecido.

Seguidamente os Ministros deram ênfase aos seguintes pontos:

Aprendizagem ao longo da vida

A aprendizagem ao longo da vida é um elemento essencial da Área Europeia do Ensino Superior. Na Europa do futuro, construída sobre uma sociedade e economia baseada no conhecimento, as estratégias de aprendizagem ao longo da vida são necessárias para enfrentar os desafios de competitividade e o uso de novas tecnologias, bem como para melhorar a coesão social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida.

Instituições de Ensino Superior e estudantes

Os Ministros insistiram que o envolvimento das Universidades e de outras Instituições de Ensino Superior e dos estudantes como parceiros competentes, activos e construtivos, no estabelecimento e configuração da Área Europeia de Ensino Superior é necessário e bem-vindo. As Instituições demonstraram a importância que dão à criação de uma Área Europeia de Ensino Superior compatível e eficiente, contudo,

diversificada e adaptável. Os Ministros salientaram, igualmente, que a qualidade é a condição básica mais importante para a confiança, relevância, mobilidade, compatibilidade e atractividade da Área Europeia do Ensino Superior. Expressaram o seu apreço quanto às contribuições para o desenvolvimento de programas de estudo que combinam a qualidade académica com a relevância para uma empregabilidade duradoura e pediram um papel continuado e pró-activo às Instituições de Ensino Superior.

Os Ministros afirmaram que os estudantes deveriam participar e influenciar internamente a organização e os conteúdos do ensino nas Universidades e demais Instituições de Ensino Superior. Reafirmaram também a necessidade, recordada pelos estudantes, de tomar em consideração a dimensão social do processo de Bolonha.

Promoção da atractividade da Área Europeia de Ensino Superior

Os Ministros concordaram com a importância de aumentar a atractividade do Ensino Superior Europeu para os estudantes da Europa e de outras partes do mundo. A legibilidade e comparabilidade dos graus académicos de Ensino Superior Europeu, no resto do mundo, deverão ser aumentadas através do desenvolvimento de um quadro comum de qualificações, de mecanismos coerentes de garantia de qualidade e acreditação/certificação e por esforços de informação crescentes. Os Ministros insistiram, particularmente, que a qualidade do Ensino Superior e da investigação é, e deve permanecer, uma marca fundamental da atractividade e competitividade internacional da Europa. Os Ministros concordaram em prestar mais atenção aos benefícios de uma Área Europeia de Ensino Superior com Instituições e programas com perfis diferentes. Salientaram também a crescente colaboração entre os países europeus relativamente às possíveis implicações e perspectivas da educação transnacional.

Continuação do acompanhamento

Os Ministros comprometeram-se a continuar a cooperação baseada nos objectivos definidos na Declaração de Bolonha, estabelecendo similaridades e vantagens resultantes das diferenças entre sistemas culturais, linguísticos e nacionais, utilizando todas as possibilidades existentes de cooperação inter-governamental e de diálogo contínuo com as Universidades europeias e outras Instituições de Ensino Superior e com as organizações de estudantes, bem como os programas Comunitários.

Os Ministros deram as boas-vindas aos novos membros que se juntaram ao processo de Bolonha após as candidaturas dos Ministros representantes dos países para os quais estão abertos os programas comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci ou Tempus. Foram aceites as candidaturas da Croácia, Chipre e Turquia.

Os Ministros decidiram que o novo encontro terá lugar na segunda metade de 2003, em Berlim, com a finalidade de avaliar o progresso e definir as direcções e as prioridades para as próximas etapas do processo relativo à Área Europeia de Ensino Superior. Confirmaram a necessidade de uma estrutura de trabalho, constituída por um grupo de acompanhamento e por um grupo preparatório. O grupo de acompanhamento deverá ser composto pelos representantes de todos os países signatários, novos participantes e a Comissão Europeia, e deverá ser presidido pelo Presidente da União Europeia em exercício na altura. O grupo preparatório deverá ser composto pelos representantes dos países anfitriões dos encontros ministeriais anteriores e seguinte, dois estados membros e dois estados não membros da

União Europeia (estes últimos quatro representantes serão eleitos pelo grupo de acompanhamento). A Presidência de União Europeia, em exercício na altura, bem como a Comissão Europeia farão igualmente parte do grupo preparatório que será presidido pelo representante do país anfitrião do próximo encontro ministerial.

A Associação das Universidades Europeias, a Associação Europeia de Instituições do Ensino Superior (EURASHE), a União Nacional de Estudantes e o Conselho da Europa deverão ser consultados no trabalho de acompanhamento.

Tendo em vista o desenvolvimento do processo, os Ministros encorajaram o grupo de acompanhamento a organizar seminários para explorar as seguintes áreas: cooperação relativamente à acreditação e garantia de qualidade, matérias de reconhecimento e o uso de créditos no âmbito do processo de Bolonha, desenvolvimento de graus conjuntos, a dimensão social, com especial atenção aos obstáculos à mobilidade e ao alargamento do processo de Bolonha, a aprendizagem ao longo da vida e o envolvimento dos estudantes.